Transposição do rio São Francisco



A **transposição do rio São Francisco** é um projeto de deslocamento de parte das águas do [rio São Francisco](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_S%C3%A3o_Francisco), no [Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil), nomeado pelo [governo brasileiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_do_Brasil) como "Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional".

O projeto é um empreendimento do Governo Federal, sob responsabilidade do [Ministério da Integração Nacional](https://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_da_Integra%C3%A7%C3%A3o_Nacional) – MIN. A obra prevê a construção de mais de 700 quilômetros de [canais](https://pt.wikipedia.org/wiki/Canal) de concreto em dois grandes eixos (norte e leste) ao longo do território de quatro Estados ([Pernambuco](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pernambuco), [Paraíba](https://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba), [Ceará](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cear%C3%A1) e [Rio Grande do Norte](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Grande_do_Norte)) para o desvio das águas do rio. Ao longo do caminho, o projeto prevê a construção de nove estações de bombeamento de água.[[1]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-1)Mais tarde aventou a possibilidade do chamado eixo sul, abrangendo a [Bahia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bahia) e [Sergipe](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sergipe) e eixo oeste, no [Piauí](https://pt.wikipedia.org/wiki/Piau%C3%AD).

Orçado atualmente em R$ 8,2 bilhões[[4]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-4), o projeto, teoricamente, irrigará a [região Nordeste](https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil) e [semiárida](https://pt.wikipedia.org/wiki/Clima_semi%C3%A1rido) do Brasil. O principal argumento da polêmica dá-se sobretudo pela destinação do uso da água: os críticos do projeto alegam que a água será retirada de regiões onde a demanda por água para uso humano e dessedentação animal é maior que a demanda na região de destino e que a finalidade última da transposição é disponibilizar água para a [agroindústria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Agroind%C3%BAstria) e a [carcinicultura](https://pt.wikipedia.org/wiki/Carcinicultura) — contudo, apesar da controvérsia, tais finalidades são elencadas como positivas no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) em razão da consequente geração de emprego e renda.[[5]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-5) Iniciada em 2007, a conclusão da transposição estava originalmente planejada para 2012, mas atrasos mudaram a data prevista para 2016.[[6]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-fsp-6)

Histórico[[editar](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco&veaction=edit&section=1) | [editar código-fonte](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco&action=edit&section=1)]

A ideia de transposição das águas remonta ao ano de 1847, ou seja, no tempo do Império Brasileiro de [Dom Pedro II](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_Pedro_II), já sendo vista, por alguns intelectuais de então, como a única solução para a seca do Nordeste. Naquela época, não foi iniciado o projeto por falta de recursos da engenharia. Ao longo do [século XX](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9culo_XX), a transposição do São Francisco continuou a ser vista como uma solução para o aumentar as disponibilidades em água no Nordeste Setentrional. A discussão foi retomada em 1943 pelo Presidente [Getúlio Vargas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Get%C3%BAlio_Vargas).

O primeiro projeto consistente surgiu no governo [João Batista de Oliveira Figueiredo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Batista_de_Oliveira_Figueiredo), quando Mário Andreazza era Ministro do Interior, após uma das mais longas estiagens da História (1979-1983) e foi elaborado pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

Em agosto de 1994, o presidente [Itamar Franco](https://pt.wikipedia.org/wiki/Itamar_Franco) enviou um Decreto ao Senado, declarando ser de interesse da União estudos sobre o potencial hídrico das bacias das regiões semiáridas dos estados do Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Convidou o então Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte, [Aluízio Alves](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alu%C3%ADzio_Alves), para ser Ministro da Integração Regional e levar adiante a execução do projeto.[[7]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-7)[[8]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-8)

[Fernando Henrique Cardoso](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Henrique_Cardoso), ao assumir o governo, assinou o documento "Compromisso pela Vida do São Francisco", propondo a revitalização do rio e a construção dos canais de transposição: o Eixo Norte, o Eixo Leste, Sertão e Remanso. Previa ainda a transposição do [Rio Tocantins](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Tocantins) para o Rio São Francisco, grande projeto da época do Ministro Andreazza.

Tais projetos não foram adiante no Governo FHC, mas durante seu governo foram criados o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco-PCRBHSF, ambos através do Decreto de 5 de junho de 2001. Estes órgãos foram criados no marco do novo modelo de gestão dos recursos hídricos, expresso pela Lei das Águas.[[9]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-9) Os Comitês das Bacias, compostos por representantes dos estados e municípios cujos territórios contenham parte da bacia, dos usuários das águas e entidades civis de recursos hídricos que atuem na bacia, representam uma forma descentralizada e participativa da gestão dos recursos hídricos.

Durante o primeiro mandato do Presidente [Lula](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_In%C3%A1cio_Lula_da_Silva), o governo federal contratou as empresas Ecology and Environment do Brasil, Agrar Consultoria e Estudos Técnicos e JP Meio Ambiente para reformularem e continuarem os estudos ambientais para fins de licenciamento do projeto pelo [IBAMA](https://pt.wikipedia.org/wiki/IBAMA).

Os estudos foram conduzidos em duas frentes: Estudos de Inserção Regional, que avaliou a demanda e a disponibilidade de água no Nordeste Setentrional, considerando uma área mais ampla que a beneficiada pelo empreendimento; e Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica, considerando o melhor traçado dos canais, o planejamento e custo das obras, e a sua viabilidade econômica.

Estas empresas foram responsáveis pelos Estudos de Impacto Ambiental e pelo Relatório de Impacto Ambiental, apresentados em julho de 2004, que contêm a versão atual do projeto, agora intitulado Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional[[10]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-10).

Também em julho de 2004, o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco foi aprovado pelo CBHSF, durante reunião em [Juazeiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Juazeiro), na [Bahia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bahia), à exceção do ponto que definiria o uso externo das águas da bacia, que foi postergado para uma reunião extraordinária, após pedido de vistas pelo Secretário de Recursos Hídricos do [Ministério do Meio Ambiente](https://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_do_Meio_Ambiente) – MMA, a fim de assegurar uma melhor avaliação pelo assunto.

Durante esta reunião extraordinária, em outubro de 2007, as atribuições do Comitê de Bacia para definir os usos das águas do rio São Francisco foi questionada pelo Secretário do MMA, que propôs que tal matéria fosse definida pelo [Conselho Nacional de Recursos Hídricos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_Nacional_de_Recursos_H%C3%ADdricos), presidido pela então Ministra do Meio Ambiente [Marina Silva](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marina_Silva), no qual a maioria dos membros é representante do governo.

Ao votar a matéria, o Comitê considerou legítimas as suas atribuições e, por 42 votos contra 4, estabeleceu que as águas do São Francisco só poderiam ser utilizadas fora da Bacia em casos de escassez comprovada e para consumo humano e dessedentação animal.[[11]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-11)

Através da resolução 47/2005 (17/1), o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), aprovou o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. No entender da ANA — [Agência Nacional de Águas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ag%C3%AAncia_Nacional_de_%C3%81guas): "O comitê de bacia é órgão responsável pela aprovação do plano da bacia onde são definidas as prioridades de obras e ações no âmbito da bacia hidrográfica e tem o papel de negociador, com instrumentos técnicos para analisar o problema dentro de um contexto mais amplo. Todavia, a outorga de direito de uso da água na bacia é de responsabilidade dos órgãos gestores estaduais e da ANA. A deliberação sobre ações que transcendem o âmbito da bacia é de responsabilidade do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão superior do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos".[[12]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-12)

Estabeleceu-se assim um conflito de competências e interpretações da lei que vem sendo alvo de disputas judiciais ainda em curso, o que atrasou o início das obras.

Em julho de 2007, o Exército Brasileiro iniciou as obras do Eixo Leste. O Consórcio Águas do São Francisco, composto pelas empresas Carioca, S.A. Paulista e Serveng serão responsáveis pelas obras do Lote 1 do Eixo Norte e a Camargo Correia executará as obras do Lote 9 do Eixo Norte.[[13]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-13)

Os trechos sob a responsabilidade do Exército eram os únicos prontos em dezembro de 2013, um ano depois da data de compleção estimada no início do projeto, em 2007. Quatro cidades - [Salgueiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Salgueiro_%28Pernambuco%29) e [Cabrobó](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabrob%C3%B3), em Pernambuco, [Jati](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jati), no Ceará, e [São José de Piranhas](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_de_Piranhas), na Paraíba - trabalhavam 24 horas em seus canais, mas no geral o ritmo era lento, e alguns municípios ainda contratavam operários para as obras.[[6]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-fsp-6) Alguns dos canais concluídos apresentam rachaduras e outros problemas de conservação, e deverão ser refeitos.[[14]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-14)[[15]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Transposi%C3%A7%C3%A3o_do_rio_S%C3%A3o_Francisco#cite_note-15). Entretanto, o prazo para entrega da obra era previsto para o ano de 2015.